



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,7% São Paulo	126.521	R\$ 5,696 (- 1,26%)	R\$ 1.518	R\$ 5,979	13,15%	13,34%	Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16
0,37% Nova York	11/2 12/2 13/2 14/2	10/fevereiro 5,786 11/fevereiro 5,767 12/fevereiro 5,763 13/fevereiro 5,763					

COMÉRCIO EXTERIOR

Lula ameaça revidar taxaço de Trump

Presidente disse que o Brasil pode questionar na OMC ou elevar impostos. Já Galípolo, do Banco Central, não vê impacto negativo

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA GONÇALVES

Em meio a um ambiente de guerra comercial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaçou revidar, caso os Estados Unidos mantenham a decisão de taxar produtos importados pelo país. Ontem, o chefe do Executivo fez questão de frisar que não se trata de questões particulares entre ele e o presidente dos EUA, Donald Trump, enfatizando que a relação diplomática entre Brasil e Estados Unidos é “sólida e duradoura”.

O presidente declarou que, caso a medida imposta por Trump prevaleça, irá apresentar uma denúncia na Organização Mundial do Comércio (OMC) ou decretar novas taxas para produtos que o Brasil importa dos EUA. “Nós queremos paz, não queremos guerra. O Brasil não tem contencioso internacional. Se o Trump tiver esse comportamento com o Brasil, nós teremos esse comportamento com o Trump. Se tiver alguma atitude contra o Brasil, haverá reciprocidade”, destacou.

A resposta de Lula é a mais incisiva feita pelo governo desde o anúncio das taxas de 25% sobre o aço e o alumínio importados pelos EUA, no início da semana. A medida atinge não apenas o Brasil, mas todos os países que vendem para os norte-americanos, como Canadá e México.

Prejuízos menores

Ainda ontem, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que as taxas sobre importações impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, são prejudiciais, mas podem ter um impacto

Paulo Pinto/Agência Brasil



Falando a industriais, Galípolo expressou tranquilidade, uma vez que o Brasil é menos dependente dos Estados Unidos do que países como México



Se o Trump tiver esse comportamento com o Brasil, nós teremos esse comportamento com o Trump”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente

menor no Brasil. “Não estou dizendo que, com as tarifas, é melhor para o Brasil. Não há dúvida de que, em qualquer condição do comércio, é melhor sem a gente ter uma guerra tarifária”, disse em evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O motivo do cenário relativamente melhor para o Brasil seria o fato de o país ser menos dependente do que o México da economia dos EUA. “O que eu

estou colocando aqui, simplesmente, é que no relativo, ou seja, comparativamente, talvez para o Brasil seja menos prejudicial do que, por exemplo, para o México”, acrescentou o economista.

O chefe da autoridade monetária ponderou ainda que o cenário é de muitas incertezas e que ainda não é possível estimar o impacto das tarifas na economia global. “É um cenário de mudança e complexidade global, em que ainda estamos tentando

entender quais serão as medidas efetivas a serem feitas, e quais serão as repercussões dessas medidas”, afirmou.

Em documento divulgado na última quinta, o Ministério da Fazenda avaliou que as tarifas de 25% de importação sobre ferro, aço e alumínio devem “exercer impacto limitado nas exportações brasileiras”. Na nota técnica, que traz perspectivas para o ano de 2025, a pasta destacou que as exportações dos produtos

ao país norte-americano corresponderam apenas a 1,9% do total exportado pelo Brasil em 2024.

Mercado

No último dia da semana, o dólar fechou em queda forte de 1,26%, cotado a R\$ 5,696, enquanto a bolsa encerrou o pregão com uma alta expressiva, de 2,70%. A percepção positiva dos mercados se deve a uma série de fatores. O contexto externo foi o que mais influenciou, com o fato de as tarifas impostas pelos EUA a outros países não entrarem em vigor imediatamente teve um peso positivo para o Brasil.

Outras moedas também caíram ante o real no dia de ontem, com o euro, que recuou 0,69% a R\$ 5,97, e a libra, com menos 0,92% a R\$ 7,17.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) alcançou os 128.218 pontos, em dia que contou com valorização de quase todas as ações listadas na bolsa. Entre os destaques positivos, as ações preferenciais da Petrobras (PETR4) tiveram aumentaram 3,08%, os papéis da Vale (VALE3) subiram 1,48%.

Analistas também acreditam que o mercado recebeu positivamente a pesquisa publicada ontem pelo Instituto Datafolha que revela o pior nível de popularidade do presidente em todos os seus três mandatos à frente do Planalto. O economista da Bluemetrix avalia que o resultado negativo para Lula no levantamento indica aos investidores que o atual presidente tem menos chances de conseguir a reeleição em 2026. “O mercado foi muito influenciado pela pesquisa que mostrou uma deterioração da aprovação do governo Lula. Então, de certa forma, o mercado precificou que o Lula pode não ser reeleito”, considera Silva.

PODCAST DO CORREIO

Tarifaço desrespeita a OMC, diz presidente da Abiquim

» IAGO MAC CORD*

O movimento do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, de taxar produtos estrangeiros, utilizando-se de tarifas maiores que os limites acordados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), segue colocando o comércio internacional em xeque. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), André Passos Cordeiro, todo país tem o direito de defender sua nação e indústria interna, desde que seja feito dentro dos acordos internacionais.

Em entrevista aos jornalistas Edla Lula e Pedro Grigori, no Podcast do Correio, Cordeiro analisa que a situação do tarifaço de Trump é “um processo de disputa geopolítica e geoeconômica”, mas alguns atores envolvidos não estão pensando no efeito que isso pode causar ao planeta como um todo. Ele compara a

situação à taxaço realizada pelo Brasil em cima do aço, alumínio e produtos de papel.

“O imposto de importação deve ser elevado até o limite permitido pela Organização Mundial de Comércio. Quem passar desse teto, está desrespeitando a regra da OMC, que foi acordada por todo o mundo numa mesa de negociação. É o que o governo americano está fazendo, quando impõe 25%, 35%, 32,5% ao imposto de importação de vários produtos químicos nos Estados Unidos. O Brasil não fez isso. O Brasil age dentro das regras permitidas no direito internacional”, explicou.

Porém, em meio à disputa comercial internacional, o especialista lamentou o fato de a indústria química brasileira — a sexta maior do mundo e responsável por 11,2% do PIB (Produto Interno Bruto) industrial — estar enfrentando importações predatórias, registrando um déficit, na balança comercial, de US\$ 48,7

Ed Alves CB/DA Press



André Passos Cordeiro, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

bilhões em 2024 e uma redução do faturamento de 2,3%. Dados da Abiquim apontam que a importação de produtos químicos para o Brasil disparou, com um crescimento de 16%, em volume, e atingindo o pior nível da

história, em termos de ociosidade da indústria — quando um país produz abaixo da sua capacidade.

“É como em casa. Eu tenho que pagar a luz, eu tenho que pagar a comida, eu tenho que

pagar o aluguel da casa, eu tenho uma série de despesas. O que acontece quando esses custos são maiores do que eu posso pagar? Entra no vermelho e a família começa a entrar em crise. A gente começa a ter que

apertar daqui, apertar dali. Em alguns casos, a família pode entrar em colapso, inclusive porque não consegue se sustentar. Então, como é empresa é a mesma coisa”, afirmou Cordeiro.

Por outro lado, no início desta semana, o governo federal celebrou um ano da Nova Indústria Brasil (NIB). Na cerimônia, o vice-presidente Geraldo Alckmin citou investimentos na ordem de R\$ 3 trilhões para a indústria de modo geral, proposta bem avaliada pelo presidente da Abiquim.

Para Cordeiro, o NIB pode ser um marco para a política industrial brasileira, como foram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), criados durante a ditadura militar, momento em que surgiram os pólos petroquímicos brasileiros.

A partir disso, para Cordeiro, a NIB poderá complementar outra política já existente, o Regime Especial da Indústria Química (REIQ), e ingressar a indústria brasileira num patamar internacionalmente mais competitivo.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula